



Conselho das Comunidades Portuguesas

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO

PERMANENTE DO CCP, realizada *on-line* pelo aplicativo ZOOM, a 22 de janeiro de 2022, com início às 14h00 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: **1)** Aprovação da Ata da reunião anterior; **2)** Cronograma das reuniões dos Conselhos Regionais e das Comissões Temáticas; **3)** Renovação anual do domínio e hospedagem do *site* do CCP; **4)** Eleições Legislativas 22; **5)** Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros titulares Flávio Martins, Amadeu Batel, Manuel Coelho, Ângelo Horto, Ligia Fernandes, Pedro Rupio, Rita Santos, Paulo Marques, tendo o Conselheiro Paulo Martins substituído o Cons. Daniel Lourenço. Presentes ainda os Conselheiros Sérgio Tavares e Antonio Freitas na qualidade de convidados pelas CTs. A reunião iniciou-se com o Cons. Flávio Martins a agradecer a presença de todos e a ordem de trabalho foi aprovada sem alterações. Passando-se de imediato ao ponto **1)** Aprovação da Ata da reunião anterior, o ficheiro da mesma foi corrompido e precisa ser novamente escrita. Assim, propô-se que a mesma seja circulada por email e, se não sofrer alterações, aprovada pela mesma forma durante os próximos dias. A proposta foi aprovada por unanimidade. Seguiu-se o ponto **2)** Cronograma das reuniões dos Conselhos Regionais e das Comissões Temáticas, sendo aprovado o seguinte: CR Europa a 10 e 11 de Março, em Lisboa; CR África a 12 a 13 de Março, em Joanesburgo; CR Ásia e Oceânia será em março por via eletrónica e espera-se a disponibilidade da SECP, para se acertar a data; CR América Central e América do Sul a 18 e 19 de março, em Belém/Brasil; CR América do Norte em março e também por via eletrónica. Quanto às 3 (três) Comissões Temáticas, reunir-se-ão simultaneamente em Lisboa a 02 e 03 de maio. E, finalmente, o CP reunirá em Lisboa com data ainda a acertar entre meados de junho e meados de julho. Referente ao ponto **3)** As renovações anuais do domínio e da hospedagem do *site* do CCP, as mesmas foram aprovadas no valor em torno de 100 (cem) euros, que o Conselheiro Presidente irá liquidar até



Conselho das Comunidades Portuguesas

fevereiro e pedirá o posterior reembolso. Passando-se ao ponto **4) Comentários às eleições legislativas** que decorem a 30 de janeiro, o Conselheiro Presidente chamou a atenção para o facto dos partidos políticos não estarem mais ativamente envolvidos com as Comunidades Portuguesas no período entre as eleições, só em cima da data de voto e que reforçam a campanha eleitoral. Deve haver uma maior proximidade entre os partidos políticos e as Comunidades Portuguesas, no sentido de sensibilizarem os votantes com a finalidade de diminuir a percentagem de abstenção. O Conselheiro Manuel Coelho informou que os correios da Namíbia enviaram os boletins de voto de volta que estavam endereçados para o endereço residencial dos votantes, por não haver entrega ao domicílio (carteiros) e os que receberam nas suas caixas postais não estão a ser aceites pelos correios da Namíbia; a situação da devolução da carta com o boletim de voto à morada do eleitor é algo observado em diversos outros países. Continuando, o Cons. Manuel Coelho informa que, após, várias insistências suas e da Embaixada de Portugal na Namíbia os mesmos serão aceites a partir de segunda feira dia 24 de janeiro. Receia-se que não chegarão a tempo de serem contados a 9 de fevereiro. Por sua vez a Conselheira Rita Santos, informou que os votos estão a chegar a Macau muito vagarosamente e que se encontram cerca de 50 mil votos nos correios centrais por despachar e que está bastante empenhada com o Cônsul-geral, para que estes cheguem o mais depressa possível aos destinatários e lamentou também a pouca divulgação por parte dos partidos políticos e a pouca informação sobre o voto antecipado e teme também que os votos não vão chegar a Lisboa a tempo de serem contados. Mais acrescentou a Conselheira Rita Santos que as Conselheiras Silvia Renda e Conselheira Melissa Silva informaram que ainda não receberam os seus boletins de votos. O Cons. Sérgio Tavares por sua vez comunicou que global e aparentemente está tudo a correr melhor em comparação a eleições anteriores, mas que os portes pagos também não são aceites em alguns correios e que as



Conselho das Comunidades Portuguesas

eleições antecipadas não foram propriamente anunciadas e como em Portugal também há um pouco por todo lado de votos falsos. A estimativa é que 200 mil votarão em comparação aos 158 mil das últimas eleições. O Cons. Pedro Rupio informou que há pessoas recenseadas e que não receberam o boletim de voto e ainda há muitas outras riscadas do recenseamento por terem alterado a residência o que as desmotiva por não se poderem inscrever e, conseqüentemente, participar: dos 70 mil portugueses na Bélgica só há 20 mil recenseados. O Cons. Paulo Marques informa que os boletins de voto estão a chegar à França por via não registada que existe algum interesse, mas que muitos não sabem que há eleições em Portugal, por isso e pela pouca divulgação antes e entre as eleições, haverá um grande número de abstenções. Por sua vez, o Cons. Amadeu Batel confirmou que os boletins de votos estão a chegar normalmente e que o processo está a decorrer sem problemas e que não há problemas com o porte pago. Quanto à votação antecipada, só há duas pessoas na Suécia. Por fim, observa que a questão de fundo é fazer uma análise após as eleições, mencionando ainda que o programa dos partidos políticos causa preocupação, por não serem divulgados. O Cons. Paulo Martins informou que as estações de rádios assim como os jornais portugueses não contribuíram para a divulgação nos EUA. Por seu lado a Cons. Ligia Fernandes informou que os votos estão a chegar à África do Sul e que espera uma maior participação de votação por parte da Comunidade Portuguesa embora haja pouco conhecimento dos programas dos partidos e que teoricamente só se pode votar em dois partidos. O Cons. Ângelo Horto sugere que as Comissões Temáticas se preparem para fazer uma análise pós votação. Por fim, o Cons. Flávio Martins anuncia que precisará ausentar-se da reunião, por motivos extraordinários mas que, antes de sair gostaria de apresentar duas propostas: que o CP/CCP reúna-se extraordinariamente no dia 01 de fevereiro às 15h00 de Lisboa para fazer uma análise do processo e do resultado eleitorais. E que antes dessa reunião os CRs



Conselho das Comunidades Portuguesas

relatem ao CP os problemas e experiências que tiveram nesse processo eleitoral; em votação a proposta foi aprovada por unanimidade, mas acordou-se que a data seja a de 10 de fevereiro. Propôs ainda que, em conformidade com proposta do Cons. Pedro Rupio, fosse designado um Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração de uma proposta do CP atinente à representatividade nos Círculos Eleitorais da Emigração. O GT constituído pelos conselheiros Pedro Rupio, Rita Santos, Paulo Martins e Sérgio Tavares que teriam até o final de fevereiro para apresentar um documento a ser repassado às reuniões anuais dos CRs e depois consolidado e deliberado pelo CP/CCP em abril. Em votação, a proposta foi também aprovada por todos. Assumindo a presidência da reunião, o Cons. Amadeu Batel passa ao ponto 5) Assuntos gerais. Coma palavra, o Cons. Sérgio Tavares interveio colocando duas questões consideradas, no seu entendimento, importantes clarificar: uma primeira acerca da necessidade de a DGACCP emitir instruções destinadas aos funcionários consulares no sentido de não interrogar os cidadãos que solicitam a renovação do Cartão de Cidadão se pretendem ou não votar nos atos eleitorais em Portugal. A este propósito, opina da importância de se insistir em esclarecer esta matéria no sentido de não se obstaculizar o cumprimento do exercício de voto por parte de todos os cidadãos nacionais no estrangeiro; uma segunda questão colocada prende-se com uma proposta deste CP quanto aos critérios a serem seguidos pelo GT formado nesta reunião no concernente à elaboração de um Parecer sobre a representatividade nos círculos eleitorais da Emigração. Em resposta, o Cons. Amadeu Batel afirmou que esses critérios a pré-definir são da responsabilidade do GT, sendo posteriormente objeto de apreciação pelos Conselhos Regionais e, finalmente, deste Conselho Permanente. Assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 16h00 (hora Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário, na forma do Regulamento deste Conselho



Conselho das Comunidades Portuguesas
Permanente do CCP.

João Almeida

João

João Almeida